

"Protejam seu direito de votar sem ceder a fake news", diz Fachin

Quem desqualifica a segurança das urnas eletrônicas age para tirar dos brasileiros a certeza de que seu voto é válido e sua vontade foi respeitada. E todo cidadão deve proteger seu direito constitucional de votar, sem ceder aos discursos que espalham fake news e violência.

Abdias Pinheiro/SECOM/TSE



Desqualificar a segurança das urnas é agir de forma antidemocrática, disse Fachin Abdias Pinheiro/SECOM/TSE

Esse foi o recado dado aos eleitores brasileiros pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luiz Edson Fachin, na abertura do semestre judicial, na noite desta segunda-feira (1%). Durante o discurso, lido na frente dos outros seis ministros, ele se dirigiu diretamente à população.

"Peço licença para dirigir às eleitoras e aos eleitores: protejam o seu direito constitucional de votar em quem quiser, pelo motivo que achar justo e correto. Não cedam aos discursos que apenas querem espalhar fake news e violência. O Brasil é maior que a intolerância e a violência. As brasileiras e os brasileiros são maiores do que a intolerância e a violência".

O discurso é mais uma das <u>inúmeras reações</u> da Justiça Eleitoral aos boatos infundados espalhados pelo presidente Jair Bolsonaro e sua rede de apoiadores sobre a suposta insegurança do sistema eletrônico de votação, que nunca foi provada.

Para o ministro Fachin, a adesão cega à desinformação representa a rejeição do diálogo e um ato antidemocrático. "Desqualificar a segurança das urnas eletrônicas tem um único objetivo: tirar dos brasileiros a certeza de que seu voto é válido e sua vontade foi respeitada. Isso é especialmente verdadeiro em relação aos cidadãos com maior dificuldade de escrever".

O discurso do presidente do TSE ainda fez referência a algumas das falas de Bolsonaro, que por diversas vezes colocou em dúvida se aceitará o resultado das eleições de outubro, e até mesmo se elas serão feitas.

Para ele, quem age assim não defende a auditoria das urnas, mas apenas o interesse próprio de não ser responsabilizado pelas próprias condutas ou pela inaptidão de ser votado pela maioria da população



brasileira.

"Nossa função é a de garantir a liberdade do seu voto e que ele será computado e considerado tal como feito. Fazemos isso há mais de 26 anos com as urnas eletrônicas, com comprovada transparência e segurança, e continuaremos a fazer isso nas eleições de 2022", concluiu o presidente do TSE.

Paz e harmonia nas eleições

O procurador-geral da República, Augusto Aras, declarou ao TSE que o Ministério Público brasileiro estará atento aos atos que ultrapassem os limites das liberdades e garantias constitucionais, em um trabalho para que, em 2022, haja paz e harmonia nas eleições.

"O Ministério Público brasileiro está atento e acompanhando todos movimentos em busca do fortalecimento do ambiente democrático. Estamos vigilantes na defesa da democracia e das instituições. Tenho certeza de que chegaremos a bom termo no 7 de setembro, como tivemos em 2021", disse Aras.

O 7 de setembro, <u>assim como em 2021</u>, deve ser marcado por manifestações <u>já convocadas</u> pelo presidente Jair Bolsonaro. No ano passado, elas tiveram tom antidemocrático. Em 2022, haverá a comemoração dos 200 anos da independência brasileira.

"Atuamos para preservar a democracia brasileira em toda sua amplitude", disse Aras. "Queremos contribuir para que o processo eleitoral se realize em paz, em harmonia, com respeito à Constituição e às leis, em processo cívico em que todos nós brasileiros sairemos vencedores. Com muita paz e harmonia".

Date Created 01/08/2022